



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 640033 - MG (2021/0012648-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE** : ANGELA MARIA RODRIGUES E OUTRO  
**ADVOGADOS** : ÂNGELA MARIA RODRIGUES - MG105928  
MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA - MG096344  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : MARCUS VINICIUS RODRIGUES FLORENCIO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de MARCUS VINICIUS RODRIGUES FLORENCIO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.001662-2/000).

O paciente foi preso em flagrante em 6/01/2021, pela suposta prática dos delitos previstos no art. 147 e art.163, ambos do CP, cuja prisão foi posteriormente convertida em preventiva.

A impetrante sustenta tratar-se de hipótese de abrandamento da Súmula n. 691 do STF.

Alega que haveria constrangimento ilegal na espécie, haja vista que o decreto preventivo careceria de elementos concretos, e não teria demonstrado a existência dos requisitos previstos no art. 312 do CPP.

Entende que a custódia seria desproporcional, considerando as circunstâncias pessoais do agente, eventual sentença condenatória e a pena estabelecida.

Pontua que a segregação poderia ser substituída por cautelares diversas.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ou a substituição por cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do writ originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe habeas corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA.*

*INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. [...] 3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância. 4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)*

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “*Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.*”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, considerando os fundamentos explicitados pelo Desembargador relator que pontuou, “*a ilustre autoridade coatora consignou, em sua decisão, os motivos que a levaram a decretar a prisão preventiva do paciente, sobretudo para a garantia da ordem pública, satisfazendo o disposto no art. 312 do Código de Processo Penal, o que afasta, por ora, as alegações defensivas. No que tange à alegação de condições pessoais do paciente, não é possível constatar, em um juízo de cognição sumária, a legitimidade do direito alegado, uma vez que o presente writ não foi instruído com documentos capazes de afirmar tais condições, notadamente ante a ausência de CAC/FAC. Destaco que não compete a este Egrégio Tribunal, em sede do presente instrumento processual, a análise de desproporcionalidade entre a medida cautelar aplicada e a pena potencialmente imposta em uma eventual condenação, uma vez que se trata de mera conjectura. Ademais, a prisão preventiva do paciente se ampara na hipótese do art. 313, III, do Código de Processo penal, sendo uma prisão processual, de nada se vinculando a pena cominada ao delito imputado ao suspeito*”(fl. 49).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente habeas corpus.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência